

A AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA EDUCACIONAL BRASILEIRA COM OS PAÍSES AFRICANOS LUSÓFONOS

Kellcia Rezende Souza

Universidade Federal da Grande Dourados

kellciasouza@ufgd.edu.br

Camila Maria Bortot

Universidade Estadual de Maringá

cmbortot@uem.br

Introdução

A política educacional pode adquirir uma função estratégica na arena geopolítica nas chamadas relações entre os países do hemisfério sul como contraponto a uma homogeneização socio-econômica-cultural vertical. Por isso, Santos e Cerqueira (2015, p. 29) ressaltam a importância da política externa entre os países da África e América Latina a partir da cooperação sul-sul. Trata-se de um processo que tem como principal característica o “compartilhamento de capacidades especializadas e experiências exitosas entre os países, numa relação mais horizontal, solidária e integral do que a clássica cooperação “norte-sul” com tendência unidirecional”.

Cunhar o princípio de cooperação Sul-Sul é uma resposta política as premissas históricas da cooperação Norte-sul, “em que as relações, a lógica de cooperação, são concebidas como ajuda, onde ocorre mecanismos de troca e de pressão política para uma maior entrada e liberdade econômica dos países desenvolvidos sobre os não desenvolvidos ou em desenvolvimento” (Gonzaga, 2021, p. 9).

A autora esclarece que o processo de cooperação sul-sul tende a assegurar a incorporação com mais ênfase na agenda política a diversidade de áreas, como a educação, cultura, saúde, meio ambiente. No que toca a educação, Gonzaga (2021) aponta que no Brasil, a partir dos anos 2000 as relações com os países do sul global se intensificaram com uma agenda de política externa priorizando a cooperação sul-sul, principalmente, com os países africanos lusófonos. A pauta da educação, nesse cenário, passou a figurar como área estratégica na projeção internacional do país.

Sob esse prisma, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a agenda governamental da política externa educacional estabelecida pelo Brasil com os países

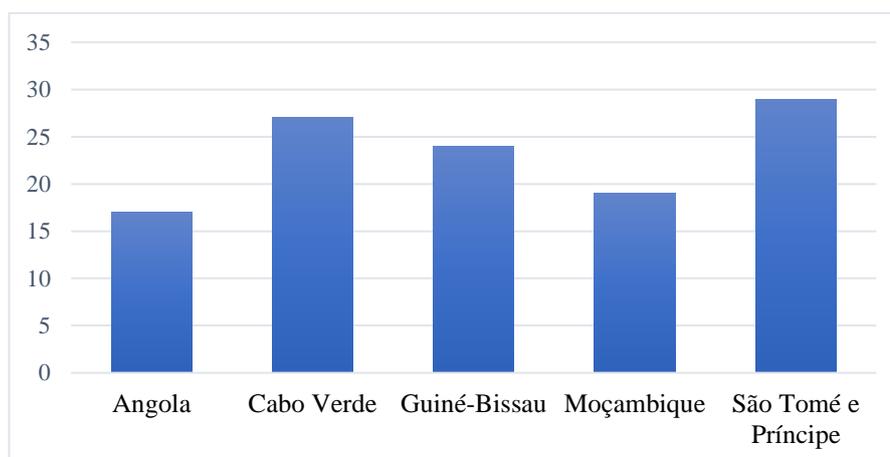
africanos lusófonos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) no período de 2001 a 2022. Para tanto, a metodologia empregada se amparou na abordagem quanti-qualitativa a partir do desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica e documental em que os dados foram selecionados tendo como o recorte temporal o período de 2001 a 2022. O período delimitado é justificado a partir do levantamento exploratório de projetos celebrados pelo órgão estatal do Ministério das Relações Exteriores (MRE): a Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Desenvolvimento

A África é um continente composto por 54 países e mais de um bilhão de pessoas. Quase todos os países africanos foram colonizados por nações europeias, dentre elas, Portugal. Assim, são 5 os países africanos lusófonos: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Assim sendo, o levantamento documental dos projetos de cooperação educacional firmados entre o Brasil e os países africanos lusófonos registrados na página¹ da ABC totalizaram 116.

Ao longo do período de 2001 a 2022 o país africano lusófono que mais celebrou projetos de cooperação educacional com o Brasil foi São Tomé e Príncipe (29) e, posteriormente: Cabo Verde (27), Guiné-Bissau (24), Moçambique (19) e Angola (17), conforme registrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Comparativo de projetos de cooperação sul-sul entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Portuguesa



Fonte: Elaboração das autoras (2023).

¹ <http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa>

Quanto a condução da política externa educacional brasileira, a Tabela 1 expõe os dados da distribuição numérica de projetos de cooperação da área da educação entre o Brasil e os países africanos lusófonos considerando os seus respectivos vínculos governamentais.

Assim, cada período delimitado representa um respectivo governo do Brasil na referida Tabela 1, quais sejam: 2001-2002 (Final do segundo mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso – FHC); 2003-2010 (Os dois primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva – Lula); 2011-2016 (Os dois mandatos do governo de Dilma Vana Rousseff - *Dilma*); 2017-2018 (Governo de Michel Miguel Elias Temer Lulia - Temer); 2019-2022 (Governo de Jair Messias Bolsonaro – Bolsonaro).

Tabela 1 – Quantidade de projetos de cooperação sul-sul entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Portuguesa por períodos governamentais brasileiros

Governo (Período)	Quantidade
Governo FHC (2001 a 2002)	3
Governos Lula (2003 a 2010)	72
Governos Dilma (2011 a 2016)	20
Governo Temer (2017 a 2018)	11
Governo Bolsonaro (2019 a 2022)	10

Fonte: Elaboração das autoras (2023).

Em que pese o fato das gestões de Lula e Dilma terem contabilizado mais tempo de duração devido compreenderem dois mandatos, é irrefutável que ambos os governos concentraram a maior quantidade de projetos de cooperação educacional instituídos com países africanos lusófonos. Porém, esses números não são reflexos exclusivos do tempo de gestão, mas, sobremaneira, da agenda política, ou seja, a prioridade estabelecida para as relações internacionais estabelecidas pelo Brasil.

Marcondes (2023) esclarece que os dois primeiros mandatos de Lula e o primeiro de Dilma atribuíram a agenda da política externa a priorização de uma inserção internacional brasileira nos países do sul global, principalmente, nas nações sul-americanas via fortalecimento do Mercosul e com os países africanos, em especial, os lusófonos. No bojo desse movimento, destaca-se a ampliação da envergadura da política

externa brasileira para além das relações comerciais. Esses governos, se caracterizaram por sua capilaridade em várias áreas, como a agricultura, saúde, meio ambiente e educação.

Todavia, essa tendência não se efetivou nos governos sequenciais. Nos governos de Temer e de Bolsonaro, a política externa centrou-se em acordos bilaterais e por uma descontinuidade das relações Brasil-África não só no campo educacional, mas em diversas outras áreas.

Observa-se, portanto, no âmbito da política externa educacional brasileira dos governos Lula e Dilma um protagonismo na defesa de um sistema internacional de cooperação horizontal mais próximo com os países sul-americanos e africanos, derivados da própria existência de aproximações de experiências históricas e identitárias. Trata-se de uma agenda que representa um contraponto as posições sistêmicas periféricas na arena global, o que contrasta com a perspectiva vertical dos governos de Temer e de Bolsonaro (Amorim e Silva, 2021).

Conclusões

A política externa brasileira tem a sua identidade histórica atrelada a agenda governamental e, conseqüentemente, aos valores específicos que o Brasil quer mostrar ao mundo. Além disso, a política externa representa um reflexo da própria política doméstica de um país. Nesse sentido, é preciso registrar que a descontinuidade sistemática dos princípios que conduziram a agenda diplomática brasileira nos últimos anos se evidenciou no contexto nacional com a desconstrução do aparato estatal das políticas sociais no Governo Temer e, sobremaneira, no governo Bolsonaro.

Os dados oriundos da investigação no que diz respeito a agenda governamental da pauta educacional também indicam os avanços e retrocessos da colocação brasileira no cenário internacional a partir das relações de cooperação entre os países africanos lusófonos. No que representa os avanços, notabiliza-se a política externa educacional nos dois governos Lula. Já no que representa os retrocessos, caracteriza-se a ruptura iniciada no Governo Temer e radicalizada na condução da política externa brasileira no governo Bolsonaro.

O Governo Bolsonaro, além de acentuar a tendência que foi empregada pelo governo Temer a política externa brasileira, pautou-se por uma ideologia neoconversadora que imprimiu uma identidade negacionista e de isolamento internacional ao seu governo, centralizou as atenções da política externa aos interesses das áreas do agronegócio e da defesa e, dessa forma, secundarizou, principalmente, as pautas de meio ambiente, saúde e educação.

Referências

AMORIM, C.; SILVA, A. L. R. da. O Itamaraty e o movimento negro: interesses, ideias e práticas nas relações Brasil-Africa. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 35. pp 1-36, 2021.

GONZAGA, K. V. P. A cooperação internacional técnica educacional do Brasil com países africanos e a interculturalidade: conceitos, reflexões e pressupostos para uma cooperação sul-sul. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 17, n. 38, p. 1-28. Jul./dez., 2021.

MARCONDES, D. O Brasil de volta à África? Desafios e oportunidades para o engajamento brasileiro com o continente africano. **CEBRI-Revista**, n. 6, abr.-jun. 2023.

SANTOS, R. de F.; CERQUEIRA, M. R. Cooperação Sul-Sul: experiências brasileiras na América do Sul e na África. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.1, jan.-mar. p.23-47, 2015.